

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG.**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.**

**ALUNA: PAULA FRANCINETE BRITO DA COSTA**

**ORIENTADORA: REGINA COELLI GOMES NASCIMENTO.**

**FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DOS ENGENHOS PRODUTORES DE CACHAÇA E  
RAPADURA DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA – PB.**

**CAMPINA GRANDE – 2008**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG.

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.

ALUNA: PAULA FRANCINETE BRITO DA COSTA

PAULA FRANCINETE BRITO DA COSTA

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DOS ENGENHOS PRODUTORES DE CACHAÇA E  
RAPADURA DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA – PB.

Monografia apresentada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Orientadora: Profª Regina Coelli Gomes Nascimento.

---

Examinadora –

---

Examinador –



Biblioteca Setorial do CDSA. Março de 2024.

Sumé - PB

## AGRADECIMENTOS

A Deus – Senhor, a mais bela de todas as orações será muito pouco para traduzir a minha gratidão a Vós pela perseverança que me concedeste na busca das minhas realizações e dos meus ideais.

Aos meus queridos filhos Rafael, Railson e José Ruan que, por muitas vezes tiveram que competir com trabalhos, com a universidade, com as atividades que por várias vezes tinham que serem realizadas em casa um pouco de carinho e atenção da sua mãe.

Ao meu esposo Inácio Serafim que esteve presente nos momentos alegres e difíceis e que teve paciência para suportar as minhas ausências durante essa jornada de muitos desafios.

A todos os meus irmãos e especialmente a Inês, os meus sinceros agradecimentos por tantas vezes ter dedicado seu amor e carinho aos meus filhos para que os mesmos não sentissem tanto a minha falta.

A você, Regina, meus agradecimentos pela orientação, o apoio e a força, pelas palavras amigas, a cooperação, em fim, tudo.

Aos demais professores da UFCG, ingressei com a expectativa de uma nova vida, vocês com a de uma nova missão. Na qualidade de professores trouxeram uma bagagem de conhecimentos acumulados ao longo da vida, passaram-se anos. Resta-me agradecer-lhes pela compreensão, dedicação e o espírito de cooperação.

Agradeço a todos os amigos que compartilharam comigo os caminhos da arte de estudar História.

É, chega um momento em que os amigos se distanciam pelas próprias circunstâncias da vida. No entanto, o carinho, a saudade, o elo criado ao longo dos anos não se desfaz. Assim, seguiremos sozinhos numa nova estrada. Fica então a lembrança dos bons momentos e aos poucos descobrimos o quanto éramos importantes uns para os outros.

## RESUMO

O presente estudo aborda a questão da desestruturação dos engenhos no município de Alagoa Nova no período de 1970 a 1980, e com esta ocorrência emoldurada no cotidiano dos alagoanovenses e principalmente no cotidiano dos ex-moradores e trabalhadores dos engenhos, procuramos buscar através deste trabalho respostas para nossas inquietações. Ou seja, os fatos que causaram a ruína dessa fonte de riquezas e poder que existia no município. Para a fundamentação de nossas reflexões nos embasamos em autores como: Marieta de Moraes, Janaina Amado, Verena Alberti, Etienne François, Julie Cruikssshank, Vavy Pacheco, Ronaldo J. Grele, José Borges de Sales, José Lins e Horacio de Almeida. Também realizamos entrevistas com pessoas diretamente ligadas aos engenhos como, por exemplo, os antigos moradores e trabalhadores dos engenhos.

Palavras-chave: Engenho; cana-de-açúcar; ex-trabalhadores.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I - História oral e memória dos engenhos de Alagoa Nova.....	9
CAPÍTULO II – Retratos do cotidiano dos moradores de Alagoa Nova.....	18
CAPÍTULO III – Narrativas de agricultores contam histórias de cana e mel.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	42

## INTRODUÇÃO



“Em lugares distantes, onde não há hospital nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome aos 27 anos plantaram e colheram cana que viraria açúcar.”

(Ferreira Gullar)

Foto 1 - (Engenho Olho D'água da Prata). FONTE: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova.

Desde o início do século XX, Alagoa Nova - PB tem como base de sua economia a agricultura, sendo a cana-de-açúcar seu principal produto. O desenvolvimento dessa cultura propiciou o surgimento da indústria de transformação que eram os engenhos, os quais empregavam um grande contingente de pessoas. Dessa forma a cana-de-açúcar, tornou-se a principal fonte de renda para muitas pessoas do nosso município e por volta da segunda metade do século XX o município de Alagoa Nova viveu seus melhores dias com o apogeu da cana-de-açúcar.

Nessa época o município de Alagoa Nova contava com vários engenhos fabricantes de derivados da cana-de-açúcar. Um exemplo desses engenhos é o Olho D'água da Prata, o mais próximo da cidade

De acordo com seu Inácio<sup>1</sup>, durante o auge dos engenhos, o Olho D'água, por exemplo, pertencendo ao senhor Mário Lima produzia bastante, prova disso é que o produto era vendido no próprio engenho e ainda sobrava uma parte para

---

<sup>1</sup>Entrevista realizada no dia 13/08/2007. Entrevistado: Inácio Serafim da Costa (Nino) – administrador do Engenho Olho D'água.

ser comercializada em Campina Grande. Graças à modernização tudo ia se transformando.

É pela ótica desse mundo moderno que apresentamos o estudo que se segue. Neste trabalho buscamos compreender como ocorreu a decadência dos engenhos produtores de cachaça e rapadura no município de Alagoa Nova, fato este ocorrido durante as décadas de 1980 a 1990.

A escolha desse tema se deu, quando eu cursava a disciplina História do Nordeste, no decorrer do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG quando começamos a analisar o decorrer da decadência dos engenhos na região Nordeste e para isto foram feitas algumas leituras de José Lins do Rego, onde ele mostrava um panorama do engenho Santa Fé, desde a sua criação pelo capitão Tomás em meados do século XIX até a sua completa decadência.

Nesta perspectiva é que tivemos curiosidade de saber como ocorreu a decadência dos engenhos no município de Alagoa Nova. Outro propósito para esse trabalho é utilizá-lo na sala de aula como material didático – especialmente nas escolas do município de Alagoa Nova – para que os alunos também possam refletir sobre o que aconteceu com esse “império” que hoje se encontra em ruínas. Este trabalho foi realizado a partir de muitas “conversas” realizadas com pessoas que direta e indiretamente participaram ativamente ou presenciaram o auge e a ruína dos engenhos do município em questão. Construímos ainda o referido trabalho por meio de fatos e informações priorizando as transcrições das falas, valorizando as singularidades do modo de falar de cada uma das pessoas consultadas. Por esse motivo transcrevemos as entrevistas dando ênfase as vozes dos ex-trabalhadores e moradores dos engenhos, principalmente os mais idosos.

Observamos que para utilizarmos o trabalho com entrevistas devemos dar prioridade às pessoas de certa idade, porém devemos ficar atentos quanto ao fato de não cansar o entrevistado.

Temos que, após coletado e redigido as perguntas e respostas do momento da conversa, o trabalho ainda não está pronto. Quando isso for feito,



devemos voltar até o depoente e apresentar a ele o resultado da coleta, esperando o seu aval quanto o desfecho final.

No primeiro momento, fundamentaremos este trabalho em vários autores que trabalham com história oral. Dentre eles se destacam: Marieta de Moraes, Janaína Amado, Verena Alberti, Etiene François, Julie Cruiksshank, Vavy Pacheco, Ronaldo J. Grele, José Borges de Sales, entre outros, (Ver referências bibliográficas). No segundo instante, mostraremos alguns aspectos sobre a história do município de Alagoa Nova – PB. – o objeto de pesquisa – descrevendo a sua origem, a sua localização geográfica, sua demografia e sua evolução histórica. E no terceiro momento selecionamos os textos das conversas que se analisarmos profundamente vemos que se trata de legítimas autobiografias dessas pessoas.

## CAPÍTULO I

### HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA DOS ENGENHOS DE ALAGOA NOVA



Foto 2 - (Engenho Olho D'água da Prata). FONTE: Prefeitura Municipal de Alagoa Nova.

Neste capítulo, analisaremos algumas questões relacionadas à história oral e à memória, trabalharemos com os seguintes autores: Marieta de Moraes, Janaína Amado, Verena Alberti, Etienne François, Julie Cruikshank, Vavy Pacheco, Ronaldo J. Grele e José Borges de Sales. Os autores aqui apresentados apontam e questionam múltiplos enfoques para a história oral, ao mesmo tempo indicam como elemento comum à proximidade do historiador com o desenrolar dos acontecimentos que analisa, ou seja, o estudo do tempo presente. Para alguns, a história oral é uma técnica, para outros, uma disciplina e para muitos uma metodologia. A opção entre esses três caminhos envolve a definição do que é história oral de seus usos e dos rumos que ela poderá tomar no futuro, aos que defendem a história oral como técnica, interessam as

experiências, como gravações, transcrições e conservação de entrevistas e o aparato que os cerca: os defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, muitos são cientistas sociais, cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas).

Em nosso entender, a história oral, como outras metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho relacionados com os diversos tipos de entrevistas, as implicações de cada um deles para a pesquisa, vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho estabelecendo pontes entre a teoria e a prática. Assim, a interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico, mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais. / Se considerarmos a história oral uma técnica, nossa preocupação se concentrará exclusivamente em temas como organização de acervos, realização de entrevistas, etc. / Se concebermos a história oral como disciplina, há dois caminhos possíveis, ambos, a nosso ver, problemáticos: “esquecemos” as questões exclusivas da teoria, deixando de abordá-las em nossos trabalhos, ou tentarmos encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral, salienta Ferreira e Amaro (1998, p. 17)

AMARO

No primeiro plano, percebemos a memória e a história oral como sendo associadas, visto que a primeira se faz presente nas tradições e costumes de um povo, o que, conseqüentemente, é mantido pela prática da história oral. Sobre isto, a autora Alberti, afirma que:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, surgida em meados do século XX, depois da disseminação do gravador e da fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de – ou testemunharam – acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2002, p. 155).

A autora deixa bem claro que esta metodologia – a história oral – tem um papel muito importante no que diz respeito a relação dos fatos ocorridos no passado e também no tempo presente. Alerta que as entrevistas são essenciais para o conhecimento e a conjuntura do passado e do presente. Para ela, o simples ato de ouvir o outro para tentar compreender o outro é algo que vem de bem distante, ou melhor, da Antiguidade, pois os historiadores Políbio, Heródoto, Tucídides, já usavam esta técnica para escrever sobre os povos de suas respectivas épocas.

Na década de 1960, paralelamente ao aperfeiçoamento do gravador portátil, tornaram-se freqüentes também as entrevistas de história de vida com membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam de suas experiências e formas de ver o mundo. De acordo com Alberti (2002:157), foi à fase conhecida como a da história oral “militante” e praticada por muitos pesquisadores, que identificavam na nova metodologia uma solução para o que conhecemos como “dar voz” às minorias e possibilitar a existência de uma história “vinda de baixo”. Nesse período, fizeram sucesso nos Estados Unidos e na Europa, as publicações que reproduziam entrevistas realizadas com camponeses e trabalhadores, sobre sua trajetória e sua vida diária.

Para Alberti a história oral também teve seus equívocos: primeiro, acreditava-se que o relato ou a entrevista já era a própria história, portanto, havia

a ilusão de se chegar à verdade de um povo; segundo, via-se com melhores olhos os registros daquelas pessoas que estavam em cima da escala social em detrimento dos que estavam abaixo da mesma escala. A esse respeito Lozano alerta que “Não obstante, a evidencia oral também exige e deve ter a mesma receptividade e os mesmos controles críticos que se aplicam aos artigos de jornal, a um relatório político ou a um documento lavrado em cartório”. (LOZANO, 2006, p. 24).

*Lozi este nas  
entrevistas*

Os exageros podem estar relacionados ao uso recente desse tipo de fonte. A história oral chegou ao Brasil em meados da década de 1970 e como desdobramento do curso, começaram a ser realizadas, ainda em 1975, as primeiras entrevistas (foram) realizadas no programa de história oral do centro de pesquisas e documentação de história contemporânea no Brasil (CPOC) da Fundação Getúlio Vargas. A proposta fundadora do programa era estudar o desempenho das elites brasileiras, desde a década de 1930. Com as entrevistas, procurava-se conhecer os processos de formação das elites, as influências políticas e intelectuais, os conflitos e as formas de conceber o mundo e o país. (ALBERTI, 2002, p. 160).

A mesma autora entende que outra iniciativa que surgiu em 1975 foi o laboratório de história oral, do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina, criado por Carlos Pederneiras Correia, professor da Universidade que assistiu ao curso e três anos depois, publicou um manual de história oral. (ALBERTI, 2002, p. 161).

A criação da International Oral History Association (IOHA), em 1996, constituiu um grande avanço para a história oral. Este evento teve forte participação de pesquisadores brasileiros, que integraram inclusive a primeira diretoria da entidade. Segundo Alberti, o debate das décadas de 1980 e 1990 procurou sistematizar as experiências e refletir seriamente sobre as bases e implicações metodológicas da história oral, contribuindo para que o trabalho com entrevistas, já não seja visto com a mesma desconfiança de antes. (ALBERTI, 2002, p. 162).

Atualmente é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico. Com as transformações tecnológicas, ocorridas especialmente a partir do último quartel do século XX, modificaram os hábitos de comunicação e de registros, alterando também o conteúdo dos arquivos históricos. Além das entrevistas de história oral e outros registros sonoros – como músicas, jingles, gravações radiofônicas, fotografias, caricaturas, desenhos, anúncios, filmes, monumentos de artesanatos, etc. – Alberti entende que a história oral é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentidos a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. (ALBERTI, 2002, p. 164).

Vale salientar que para Etienne François, é proveitoso dizer que as contribuições da história oral, bem como os debates e discussões que ela suscita, interessam não só aos seus praticantes, mas também a toda comunidade de historiadores. A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois

como já foi citada anteriormente, a história oral dá atenção especial aos “dominados” silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.). Em segundo lugar seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história” vista de baixo. (FRANÇOIS, 1998, p. 04).

*Costa não!*

Uma das principais vantagens da história oral deriva do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais próximo e faz da entrevista um veículo de divulgação de informações sobre o que aconteceu, cultivando inclusive o seu saudosismo. É o que podemos perceber através da fala do senhor Inácio Serafim da Costa<sup>[1]</sup> a respeito das vendas de rapadura em Alagoa Nova - PB: “Eu mesmo levava e vendia... O lugar das vendas era na feira de rapadura próxima ao canarinho. Tudo parecia uma festa de encontro com os amigos. Era muito bom”. 2

Seu Inácio afirma que ele mesmo levava os produtos do Engenho Olho D’água para vender em Campina Grande, na feira de rapadura. Ele relata que, apesar das dificuldades que existiam naquele tempo, tinha suas vantagens, pois era o ponto de encontro de vários amigos das cidades vizinhas, que iam para a feira com a mesma finalidade e tudo parecia ser uma festa.

Uma outra questão pertinente acerca do uso da história oral é apresentada por Julie Cruikshank quando faz referência aos indígenas, segundo ela este segmento vêm exigindo cada vez mais que suas tradições orais sejam levadas a sério, como visões legítimas de sua história. O desafio, portanto, é admitir esse dilema sem descartá-lo como insolúvel, respeitar as reivindicações

---

2 Inácio Serafim da Costa. Entrevista concedida à autora Paula Francinete Brito da Costa, no dia 13/08/07.

legítimas das nações primitivas de relatar suas próprias histórias e também o dever moral e acadêmico de escrever histórias culturalmente fundamentadas que possam nos ajudar a aprender com o passado. (CRUIKSHANK, 1994, p. 149).

A autora entende que no século XIX, os folcloristas europeus consideravam os relatos orais como “coisas” isoladas, a serem colecionadas, da mesma forma que colecionadores de museus encaravam os da cultura material. Os folcloristas tratavam as narrativas orais como artefatos culturais, que tinham sobrevivido de períodos anteriores, como um tipo de história congelada e esperavam que essas tradições pudessem contribuir para desvendar o passado. (CRUIKSHANK, 1994, p. 151).

De acordo com Julie, muitas análises do séc. XIX ignoravam o caráter social da narrativa, mas uma geração subsequente de acadêmicos mostrou-se muito mais preocupada com o contexto social em que a tradição oral ocorre. Contudo, esses acadêmicos se interessavam mais pelo o que a narrativa oral dizia do presente, do que pelo que dizia do passado. (CRUIKSHANK, 1994, p. 151).

Enquanto Daniele Voldman considera que a história oral “é como um método que consiste em utilizar palavras gravadas” o pesquisador deve estar atento pois esse tipo de fonte não deve ser entendido aleatoriamente. O fato da oralidade se pauta também em identificar o testemunho. A partir de um suporte de prova ou apoio para ela. Por este testemunho teremos o indício da história oral e a ação consumada se daria por algum tipo de arquivo, estabelecendo relações entre um contexto geral e particular. A autora defende que as práticas e os



objetivos do relato biográfico são muito diferentes das respostas dadas a um questionário estruturado para guardar vocábulos intercambiáveis. (VOLDMAN, 1987, p. 248).

Para alguns autores o depoimento é um registro dos “atores sociais”, emprestando dos sociólogos não só a conceituação, mas, muitas vezes, também a prática. Numa outra vertente, posicionam-se os que acreditam que na própria história de vida já há uma reflexão histórica, dispensando uma análise posterior, pois no tecer do documento, feito na colaboração das subjetividades do entrevistado e entrevistador, o historiador já estaria realizando um trabalho crítico um diálogo com a própria visão de história do entrevistado. (PORTELLI, 1988, p. 13).

Em nossa pesquisa as entrevistas que realizamos, em sua grande maioria, norteavam-se pelos seguintes itens: informações sobre quanto tempo trabalharam nos engenhos (informações mais importantes para a realização desse trabalho), questionando como se dava o processo de fabricação de rapadura, se haviam festas, escolas nos engenhos onde os mesmos trabalhavam e procuramos saber principalmente, os motivos que levaram os engenhos à falência na opinião dos entrevistados. Apesar do esquema prévio para as entrevistas, as conversas sempre ocorriam de forma espontânea e de modo que os trabalhadores se sentiam à vontade para falar ou não sobre sua história de vida.

Um outro ponto que vale salientar é que priorizamos a transcrição das falas, valorizando as singularidades do modo de falar de cada um. Por esse

R motivo, transcrevemos as entrevistas dando ênfase às vozes dos ex-trabalhadores e moradores de engenhos, principalmente os mais idosos. A partir das leituras realizadas compreendemos que a postura do pesquisador deve ser de facilitador do processo de resgate das marcas deixadas pelo passado na memória das pessoas, destacando que a relação que se estabelece entre o sujeito e o passado está em constantes mudanças, diferentemente da verdade.

No próximo capítulo, trataremos sobre o objeto de pesquisa a cidade de Alagoa Nova com base no livro *Alagoa Nova Notícias para sua História* do José Borges de Sales que destaca alguns aspectos históricos da origem da cidade, localização geográfica, demografia e evolução histórica.

---

## CAPÍTULO II

### RETRATOS DO COTIDIANO DOS MORADORES DE ALAGOA NOVA



Foto 3. (Engenho Nova Horta) Fonte: Railson Serafim.

Neste capítulo analisaremos fragmentos da história da cidade de Alagoa Nova – PB<sup>3</sup> destacando alguns aspectos históricos e geográficos. Para isso, utilizamos como fonte de pesquisa livros e obras de autores paraibanos, que foram publicados do século XX, dentre os autores destacam-se José Borges de Sales, com o seu livro *“Notícias para sua história”* (1) e documentos publicados pelo PRODER – Programa de Emprego e Renda de Alagoa Nova. SALES em sua reflexão refere-se a alguns aspectos históricos da origem da cidade enfatizando também alguns engenhos produtores de cachaça e rapadura, na época do seu apogeu, os quais veremos no decorrer deste trabalho. Já a obra do SEBRAE –

---

3 O município fica localizado na mesorregião do agreste e na micro região do brejo paraibano. Limita-se ao norte, com os municípios de Esperança, Remígio e Areia; ao sul com os municípios de Massaranduba e Lagoa Seca; ao leste com Alagoa Grande. Com distância de 30 Km da cidade de Campina Grande e 148,6 Km de João Pessoa.

PB aborda aspectos relacionados a localização geográfica e o clima do município de Alagoa Nova.

A partir do olhar de Sales (1990) é possível perceber que não existem muitos dados concretos sobre a fundação do município de Alagoa Nova tendo em vista a destruição dos arquivos municipais durante a “Revolta dos Quebra Quilos” em 1874 que alcançou a cidade. O mesmo autor afirma que as primeiras informações sobre Alagoa Nova são referentes ao século XII, período em que o município era uma aldeia habitada pelos primitivos da tribo Bultrins. Esses índios ocupavam os municípios de Lagoa de Roça, Lagoa Seca e Esperança. O livro de tombo da casa paroquial também desapareceu. SALES (1990 p.71)

De acordo com Sales (1990), existem duas versões sobre a origem do município de Alagoa Nova. A primeira é que o nome Alagoa Nova originou-se a partir da existência de uma secular lagoa, ponto de apoio e reabastecimento de produtos, a qual era chamado de “Nova” pelos tropeiros que por lá passavam. O mesmo autor afirma que sertanejos iam para lá fugindo da seca e em busca de terras para trabalhar, perguntavam pelos caminhos onde ficava uma tal “lagoa nova” que existia no brejo. (EMATER, 1996 p. 15)



Foto 4. (Lagoa dos Bultrins) FONTE: Prefeitura municipal de Alagoa Nova)

No entanto, essa hipótese não parece ser a mais convincente, já que na época de sua emancipação, a cidade limitava-se com Alagoa Grande, Lagoa Seca e Lagoa de Roça, por isso, o nome da cidade estava vinculado aos nomes de suas “vizinhas” mais velhas. Contudo, não temos como verificar a veracidade desse fato.

Segundo boatos populares, o lugar onde se formou o povoado era uma pousada ao redor dessa referida lagoa, a qual servia de abrigo para os tropeiros com destino ao litoral e estas pessoas construíam suas primeira casas feitas de sapé ou palha de pindoba. Esse fato me faz lembrar os meus tempos de criança, quando conheci uma rua cujas casas eram todas feitas de taipa e cobertas com palhas da cana-de-açúcar, essa rua era conhecida como “rua da palha”, hoje se chama Vereador José Venâncio e está localizada em um dos primeiros bairros, o da “Batatinha”, bairro este que se formou depois que os moradores dos engenhos migraram para a cidade, que por sua vez, encontraram muita dificuldades, pois o

bairro encontrava-se sem condições básicas para receber as pessoas, sem água, redes de esgotos e iluminação pública.

De acordo com SALES, até a década de 1790, Alagoa Nova era um simples povoado que anteriormente tinha o nome de laranjeiras. Assim, Alagoa Nova a ex-laranjeiras firmou sua vida política em 1874, participando ativamente de movimentos como: Revolução Republicana de 1817, o movimento denominado “Ronco da Abelha” em 1852 e os Insurgentes em 1874. (SALES 1990 p 159)

O autor afirma que no ano de 1870, Alagoa Nova passou a ser distrito pertencente à Vila Nova da Rainha (atual Campina Grande). A freguesia foi criada em 22 de fevereiro de 1837, sob a invocação de NOSSA SENHORA SANTANA. Sua elevação ao distrito de paz foi no ano de 1837<sup>1837?</sup> através do decreto lei provincial de Nº 10 de 5 de setembro de 1850<sup>1850?</sup>, assinado pelo presidente da província JOSÉ VINCENTE AMORIM BEZZERRA, elevando Alagoa Nova a condição de Vila desmembrando-se de Campina Grande. (SALES 1990 p. 65)

De acordo com SALES a agricultura de Alagoa Nova destacavam-se as produções de farinha e de frutas: Dentre os cereais, produzia-se, sobretudo o feijão “mulatinho”, e fava e o milho. Em certas áreas plantava-se algodão e fumo. Portanto, foi a cana-de-açúcar que mais se destacou e pouco a pouco passou a ocupar o primeiro lugar na economia. Dessa forma a cana-de-açúcar apresentou-se como fonte de riqueza e poder no município propiciando o surgimento da indústria de transformação, e os engenhos que só fabricavam açúcar passaram a fabricar também a rapadura e a aguardente. Sendo assim, na segunda metade do século XIX, Alagoa Nova, viveu seus melhores dias com o apogeu dos engenhos.

Com isto, ouve o desenvolvimento do comércio gerando mais emprego e renda para o município. (SALES, 1990 p.65)

A economia do município de Alagoa Nova se assentou em bases agrícolas. Primeiro se produzia à farinha de mandioca, depois os cereais, especialmente, o feijão “mulatinho”, em seguida a cana-de-açúcar, algodão e o fumo. Somente a cana-de-açúcar resistiu a todas as etapas e prevaleceu por muito tempo, assim evidenciou-se a natureza cíclica de sua economia, uma vez que um produto sempre substituía aquele que decaía.

SALES afirma que as sesmarias Olho D’água da Prata estavam arrendadas e dentro de seus limites funcionavam seis engenhos fabricantes de rapadura e aguardente e que a proprietária desses engenhos era Maria José Freire, a mesma residia no engenho Horta de Baixo, no qual havia a maior plantação de cana-de-açúcar da região. (SALES, 1990 p.66)

O proprietário do engenho Geraldo na época do seu apogeu era o Dr. Pedro Tavares, chefe político e bacharel em direito, formado na faculdade de Recife. Porém, o mesmo nunca exerceu a profissão, praticava as atividades de senhor de engenho e militava na política local. Sales declara que o engenho Olho D’água, o mais próximo da cidade, pertenceu a Tomas de Aquino Mendonça. Já em 1865, pertencia ao Padre Bento José de Barros, para posteriormente pertencer à família LIMA. (SALES, 1990 pp.. 66.107).

Ao longo de sua história, Alagoa Nova presenciou o processo de expansão de sua população assistindo também a sua paisagem ser modificada. Os dados do IBGE senso de 1980, mostram que a população do município já era

de aproximadamente 20.000 e em 1991 o município abrigava 22.337, sendo que 14.703 residiam na zona rural e 7.634 ocupavam a área urbana, com 4.712 domicílios. Porém, em 1996 a população era de 23.311, mas um dos povoados, denominados de matinhas, até então subordinado a Alagoa Nova emancipou-se e com o desmembramento a população diminuiu para aproximadamente 18.000 habitantes, conforme mostra o senso demográfico do IBGE, no ano de 2000 a população do município somava 18.575 habitantes. SEBRAE (1996).

Diante do exposto, observa-se que em 1980 já havia um inchaço populacional devido ao êxodo rural. Atualmente Alagoa Nova está com 157 anos, sendo uma das mais velhas cidades do brejo paraibano e não vem mostrando progresso desde que Matinhas passou a condição de cidade. Para a maioria dos entrevistados nesta pesquisa Alagoa Nova “de lá para cá” vem sofrendo muito, pois os últimos prefeitos que por lá passaram, não deram a mínima importância para o crescimento e a melhoria da cidade. Atualmente o prefeito mora fora da cidade, basta notar que nos últimos 07 anos tivemos um aumento de 588 habitantes, isto de acordo com o IBGE. Essa informação é bastante preocupante, por outro lado se as pessoas não investirem na juventude, na questão da habitação, na saúde, na geração de renda e na criação de pequenas indústrias para empregar jovens e adultos, por falta de oportunidades eles vão emigrar para outras cidades e quem sabe para outros países.

*2052 - efeito (?)* O deslocamento dos trabalhadores/moradores dos engenhos para a cidade passou a ocorrer principalmente a partir da segunda metade do século XX e ocorreu com a decadência dos engenhos. O baixo nível de escolaridade da população ativa a maioria analfabetos e impossibilitados de conseguirem novos



empregos na cidade, os filhos maiores de 18 anos começam um novo deslocamento, desta vez em direção as grandes metrópoles nacionais como São Paulo e Rio de Janeiro, em busca de emprego nas construções civis e em outras áreas para ajudarem os que ficaram.

Assim, podemos notar que durante o século XIX a cidade de Alagoa Nova, apresentava todas as condições para desenvolver-se, porem hoje observamos o declínio das as fabricas de farinha, dos engenhos de cachaça e rapadura estão de “fogo morto”, passaram a dar lugar a novos bairros. Observamos que a soma desses 03 fatores: decadência dos engenhos, êxodo rural e crescimento populacional aceleraram a urbanização de forma aleatória. O crescimento demográfico promove a expansão urbana e parte da população está indo morar em locais impróprios, a exemplo: bairros aglomerados de casas sem nenhuma estrutura. Buscaram-se soluções para abrigar as pessoas sem “teto”, mas não ouve a preocupação em garantir uma vida digna como assegura a constituição federal.

Sobre a desativação dos engenhos de Alagoa Nova e a repercussão desse fato no cotidiano da população entrevistamos o atual gerente do engenho Olho D'água da Prata o Sr. Inácio Serafim que nos informou sobre o trabalho desenvolvido no engenho nos anos 1970 a 1990 afirmando que o estabelecimento era um dos grandes produtores de cachaça e rapadura, o mesmo moia durante dois turnos para dar conta da produção. Durante o dia trabalhava uma turma e durante a noite trabalhava outra e assim moia sem parar. Nos anos de 1970 a 1978, esse referido engenho pertencia a Mario Lima, mas

logo após este proprietário veio a falecer e seus filhos Mario Lima Junior e Josefa Cristina assumiram a administração do engenho até a sua completa decadência.

Com o declínio da cana-de-açúcar no final de 1880 e início de 1990, os herdeiros desse engenho após intensas crises foram obrigados a desativá-lo. A partir desse momento há uma substituição da agroindústria canavieira. Parte dessa propriedade é utilizada para a pecuária e a outra parte do canavial a saída encontrada para solucionar a falência do engenho Olho D'água da Prata foi dividir as terras em lotes para vender a preço elevados, no intuito de fazer dessa uma área residencial.

O período da agroindustrial canavieira foi fundamental para a cidade de Alagoa Nova. Atualmente restam poucos trabalhadores dedicados a atividades inexpressivas da pecuária bovina. O leite produzido pelos animais do rebanho bovino do engenho Olho D'água da Prata é transportado para uma empresa do governo do estado aqui do município, como relata o Sr. Inácio Serafim da Costa<sup>4</sup>:

Sempre trabalhei nas terras, e fiquei responsável pelas vendas dos terrenos. As terras deixaram de produzir cana-de-açúcar, mas continuou cultivando outros produtos de subsistência, mesmo assim devido a procura e necessidade de terreno da população para construção de moradias, o proprietário, em acordo com o prefeito, decidiu lotear os terrenos.

A área passou a ser denominada Conjunto Habitacional Mario Lima e apresenta vários problemas, não possuem rede de esgoto água ou calçamento. A única artéria pavimentada é a Avenida Mario Lima Já as ruas mais distantes do

---

4 Entrevista realizada com o Sr. Inácio Serafim da costa, concedida a autora Paula Francinete Brito da Costa no dia 09/10/2007

centro continuam “no mato”, devido sua localização ser numa várzea e dificultar a vida dos transeuntes.

Ao final deste capítulo podemos afirmar que com decadência da cultura canavieira houve um deslocamento de pessoas do campo para a cidade êxodo, os moradores que passaram a ocupar o espaço urbano não conseguem empregos, com isto observa-se um aumento das atividades ilícitas: furtos, prostituição, vandalismo etc. As pessoas que permanecem na zona rural também são prejudicadas com furto, por este motivo, muitos estão vendendo seus “pedacinhos de terra” procurando segurança nas “pontas de ruas”. Esse deslocamento e suas conseqüências precisam ser melhor avaliados para que alternativas de crescimento e desenvolvimento possam ser encontradas para re4solver os problemas enfrentados pelos moradores.

No terceiro capítulo analisaremos as falas dos agricultores entrevistados, procurando compreender através dos seus relatos como se deu o processo da decadência dos engenhos de cachaça e rapadura de Alagoa Nova, como isto foi emoldurado dentro do cotidiano dos trabalhadores canavieiros do brejo paraibano.

---

### Capítulo III

#### Narrativas de agricultores contam histórias de cana e mel



Foto 5. (Engenho Vitória). Fonte: Railson Serafim.

Neste capítulo, analisaremos algumas falas dos agricultores entrevistados procurando através dos seus relatos compreender como se deu o processo de decadência dos engenhos produtores de cachaça e rapadura do município de Alagoa Nova, bem como esse fato histórico foi emoldurado dentro do cotidiano dos trabalhadores canavieiros do referido município do brejo paraibano.

Sobre a questão da entrevista como subsídio para pesquisa, nos baseamos no pensamento de Alberti ao ressaltar que “O primeiro passo é o contato com o entrevistado, a fim de consultá-lo sobre a possibilidade de conceder o depoimento. Esse é o momento de explicar-lhe o objetivo da pesquisa e o método de realização das entrevistas.” (ALBERTI, 2006, p.176)

Após o contato inicial, realizamos as entrevistas e buscamos problematizar as falas dos trabalhadores e dos ex-moradores dos engenhos em análise. Nenhuma pergunta foi feita aos entrevistados sem que os mesmos soubessem do que se tratava – o que acabou facilitando a problematização das respostas. Assim, deixamos os entrevistados livres de qualquer interferência e as perguntas

feitas foram às mesmas, a saber: Quanto tempo trabalhou no(s) engenho(s)? Você gostava do que fazia? Como era a convivência no local de trabalho? Havia festas para os moradores?

Durante as entrevistas procuramos estabelecer um dialogo de forma descontraída com o senhor Inácio Serafim da Costa<sup>5</sup> o qual nos relatou sobre um dos momentos de sua vida no engenho Olho D'água da Prata e que transcrevemos na íntegra:

do Inácio

Nasci e passei minha infância no Engenho Olho D'água da Prata. Hoje tã com quarenta e oito anos e trabalho a vinte e cinco anos no mesmo lugar – o engenho citado. Trabalhei em várias funções, do plantio a colheita da cana de açúcar e atualmente sou o gerente do Engenho Olho D'água da Prata.

Atualmente o Sr. Inácio Serafim da Costa atua como gerente da propriedade dando instruções aos trabalhadores que restaram, estes tratam do rebanho bovino, atual alternativa que o proprietário do engenho recorreu tendo em vista a produção de leite e posteriormente a sua venda. Tal preferência de produção se deu por consequência do declínio total da produção original do engenho nas décadas de 1980.

Com relação às possibilidades de trabalhos a serem desenvolvidos dentro e fora dos engenhos, vimos que são bastante diversos e que exigem empenho e organização por parte dos envolvidos nesta tarefa, a esse respeito Faustino afirma que:

O universo do engenho não se resume ao fabrico de rapadura e cachaça, envolve muitas outras mãos que prestaram serviços ao engenho. São as mãos que preparam o solo e plantam a cana, fazem as limpas necessárias até a colheita. Na época da mesma os trabalhadores são especializados nas suas funções, como o cortador que conduz os animais no transporte desde o eito até o engenho. Enquanto no seu interior outra equipe constituída por trabalhadores que exercem funções diferentes como por exemplo o moedor da cana, o bagaceiro, o mestre de cozimento, o fornalheiro, o alambiqueiro e tantos outros que formam uma equipe de trabalhadores cuja mão de obra é bastante especializada. (FAUSTINO, 2002, p.18)

A partir da afirmação de Faustino, observamos que no espaço de um engenho em que se produz cachaça e rapadura é necessário muita mão de obra, tendo em vista as várias funções exigidas para tais produções e também empenho dos trabalhadores, desde o cambiteiro – a pessoa que transporta a cana do local do corte para o engenho – até o bagaceiro, que é a pessoa que espalha o bagaço para secar no pátio do engenho. Todos são co-responsáveis pela produção, inclusive o grupo de trabalhadores que fica no interior do engenho, como o mestre do cozimento que trabalha com o caldo da cana até a sua fase de melaço, o fornalheiro, que toca fogo na fornalha para cozer o caldo, e o alambiqueiro, que é a pessoa que cuida do preparo da cachaça ainda no alambique.

Esses trabalhadores moravam em casas simples localizadas nas terras do Engenho Olho D'água, porém, outros trabalhadores moravam em residências da zona urbana. Todos os trabalhadores tinham uma moradia – pelo menos até o tempo em que trabalhavam no engenho – e podiam utilizar as terras em torno de suas casas para plantar e colher, como por exemplo, a plantação de pequenas roças de mandioca. Dessa maneira, podiam melhorar a qualidade de sua alimentação com o acréscimo de alguns produtos naturais de suas próprias lavouras. Conforme ainda relata o nosso entrevistado, senhor Inácio Serafim:

Alguns trabalhadores vinham da rua para trabalhar no engenho, mas todos eram de Alagoa Nova mesmo. Outros moravam nas terras pertencentes ao engenho, ao todo eram cinquenta e duas casas de moradores e hoje em dia só quatro famílias moram lá. Acredite, só tem seis trabalhadores e não é pra cuidar da lavoura da cana de açúcar, mas sim do gado.

A partir desse relato, entendemos que, na época do apogeu do engenho, alguns trabalhadores do Olho D'água vinham da cidade, porém a maioria já morava na propriedade. O referido engenho era um dos mais habitados e possuía pelo menos umas cinquenta e duas casas ocupadas por famílias, inclusive uma destas casas era do pai do nosso entrevistado – o senhor Severino – era esse senhor que “tomava conta” da turma dos cambiteiros. Seu trabalho consistia em entregar umas fichas aos trabalhadores para contabilizar o número de cargas de cana-de-açúcar que cada trabalhador transportava durante o seu dia de trabalho.

É interessante observar como um engenho que moia cana-de-açúcar diariamente e que chegou a produzir vinte cargas de rapadura por dia – se produzia tanto que chegava a exportar parte da sua produção – pôde com o passar do tempo cair em ruínas. Como menciona ainda o senhor Inácio Serafim (Idem):

Nesse tempo, na época da moage, o Engenho Olho D'água chegava a produzir vinte cargas de rapadura por dia e cada carga tinha 100 unidade. As carga era vendida no próprio engenho e a outra parte era transportada pra Campina Grande.

Dessa maneira, certificamo-nos que o Engenho era realmente um grande produtor de rapadura, sua produção era tamanha a ponto de escoar parte dela para outra cidade mesmo já tendo vendido uma primeira parte no próprio local da produção. A esse respeito observamos que, apesar de algumas interferências naturais, a região do brejo ainda supria outras áreas com sua produção natural, como era o caso de um dos engenhos do município de Areia que também produzia uma boa escala, conforme demonstra o trecho a seguir:

Tanto por causa da rotina como pelo esgotamento dos recursos, o brejo continuava sendo o celeiro do sertão. Através da Chã do Jardim, em compridas récuas de mulas escoavam-se tudo o quanto se produzia em rapadura, aguardente, fumo, café e cereais. E para melhorar a produção atual veio logo após como novidade deste século, as caldeiras de fogo central, as quais propiciavam um resultado na ordem de vinte cargas de rapadura por dia. (ALMEIDA, 1987, p.152)

De acordo com Almeida, os engenhos do Brejo de Areia também produziam cachaça e rapadura em abundância. As caldeiras chegavam a alcançar a produção precisa de umas vinte cargas de rapadura por dia – igualmente ao nível de produção do engenho Olho D'água da Prata, localizado no município de Alagoa Nova.

Outro ex-morador das terras do mesmo engenho, o senhor Cícero Luiz<sup>6</sup> nos informou que trabalhava como fonalheiro do engenho e que gostava muito de preparar a rapadura. Ele descreveu passo a passo como era produzida essa iguaria, conforme descrito no trecho abaixo:

Em primeiro lugar eu gostava muito de fazer rapadura, e era o seguinte: a gente cortava cana e deitava ela no eito, depois levava a cana no lombo dos burros pra o engenho. Lá limpava depois moía e colocava o caldo pra cozinhar dentro dos taxos grandes de ferro. Daí, enquanto o caldo fervia, subia uma borra e ficava por cima, e com uma concha, tirava essa borra, e o caldo que ficava, agente colocava por cima um pouco de cal ou leite de carrapateira, isso clareava e conservava o caldo grosso, e esse produto, era colocado no tendal, que era o lugar onde se colocava as formas de madeira, depois de fria, era tirada da forma e pilhada no garajal e em cada garajal, tinha 50 pareia e agora já tava pronta para o transporte e venda.

Percebemos o prazer do trabalhador em realizar sua atividade no engenho e contribuir na produção da rapadura. Também observamos o saudosismo do mesmo ao relembrar momentos em que o engenho produzia rapadura e cachaça para o mercado local e regional.

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada no dia 14/07/2007. Entrevistado: senhor Cícero Luiz da Conceição.



Ainda conforme o Senhor Cícero, ele trabalhava o dia inteiro no engenho Olho D'água da prata. Mas como a situação financeira era difícil seu salário era pouco e mal dava para fazer as compras e alimentar sua família. E nas ocasiões em que ele pedia aumento de salário o administrador alegava que não tinha dinheiro, que a produção não estava dando lucros e não podia dar aumento a ninguém. Conforme suas próprias palavras:

Pois é, eu trabalhava o dia inteiro sem parar, junto com a minha turma, só que o salário, era muito pouco, mal dava para sustentar a minha família. Mas quando eu ia pedir um aumentozinho, o administrador da época só faltava me engolir, dizia que a venda dos produtos não tava dando nem pra preencher a folha de pagamento, e que o patrão tirava do trabalho dele no Recife pra completar e poder pagar os salários dos trabalhador.

Sobre este fato Almeida relata que os patrões tinham um argumento verdadeiro quanto à margem de lucros que a venda da rapadura lhes davam e conseqüentemente a negação no que dizia respeito ao suposto aumento de salário para o(s) funcionário(s):

Em contrapartida, a rapadura ia perdendo cotação no mercado. Não fossem os salários baixos e o exagero da economia, muitos senhores de engenhos não podiam manter-se com a insignificante margem de lucro que as safras lhe proporcionavam. Mas os salários baixos haviam de resultar, como inevitável, na escassez de braços. (ALMEIDA, 1957, p.152)

De acordo com o referido teórico, <sup>pedido?</sup> com a desvalorização da rapadura no mercado e a baixa lucratividade na sua venda, não tinha-se condições de pagar um salário digno para os empregados. Daí então o inevitável veio a acontecer – a saída dos trabalhadores dos seus postos de trabalho – e os mesmos saíram a procura de melhores condições de vida a partir de um trabalho mais rentável para o sustento da família. E quem sabe não se dava a partir desse fato o início do processo de decadência dos engenhos não somente no município de Alagoa Nova, mas também nos municípios vizinhos.

Outro entrevistado, o senhor Antônio Alves<sup>7</sup> atualmente administrador do engenho ao narrar sua historia no Engenho Olho D'Água afirma que:

Eu nasci no Engenho Olho D'água e passei minha infância num sitio chamado Capim de Planta, logo depois fui morar em outro sitio, exatamente no Engenho Santa Rita, onde trabalho há vinte e cinco anos. Esse engenho pertence ao senhor Cláudio Borba – sempre pertenceu ao mesmo dono – pelo menos durante o tempo em que eu trabalho neste tal engenho.

As palavras do senhor Antônio sobre o seu local de nascimento nos remetem Sales, visto que o mesmo também teve o engenho como primeiro ambiente nos primeiros anos de sua vida ao afirmar:

Nasci no Engenho São Luiz, num dos contrafortes da Borborema no município de Areia e localizado entre o Engenho Cipó que pertenceu aos meus bisavós Francisco de Sales Coelho e Candida Maria Pessoa. Passei minha infância no bucolismo desse recanto Serrano. Vivia entre a casa de minha avó que se chamava de casa grande, a vivenda onde nasci, com seu engenho de tração animal, e sua destilaria. (SALES, 1991, p.07)

Senhor Antônio continua seus relatos lembrando sobre a questão religiosa, seus patrões nunca interferiam na escolha dos empregados e cada morador poderia optar e seguir a religião que desejasse, ou seja, podiam optar por serem católicos ou protestantes: “No meu entender, ele não interferia nunca na nossa religião. Os mais católicos iam para a igreja matriz de Santa Ana rezar nas missas e novenas, pois a igreja ficava a mil metros de distância do engenho Santa Rita”. Diante do exposto, percebemos que sobre essa questão de cunho estritamente pessoal o senhor de engenho não interferia na opção religiosa dos trabalhadores, caso interferisse poderia provocar algum desagrado por parte do seu servidor.

O senhor José Gomes<sup>8</sup> trabalhou no engenho Capim Açú e o senhor José afirma que esse engenho produzia bastante na época da ascensão dos engenhos

---

7 Entrevista realizada no dia 17/08/2007. Entrevistado: senhor Antônio Alves dos Santos.

da região. Assim como o Engenho Olho D'água, uma parte da produção era comercializada no próprio estabelecimento de produção e outra parte era transportada para ser comercializada nas cidades vizinhas. O senhor José ainda relata que esse engenho funcionava durante seis meses e os outros seis meses do ano eram o período de inverno, momento em que os trabalhadores aproveitavam para plantar a cana-de-açúcar, mesmo porque o bagaço da cana – resultado da moagem – não secava e ficava impossibilitado de ser utilizado para o cozimento do caldo da cana para dar-se o prosseguimento da produção – no caso da cachaça e da rapadura. Podemos observar nas linhas abaixo citadas por nosso entrevistado:

O Engenho Capim Açú produzia de quinze a vinte cargas de rapadura e uns sessenta litros de aguardente por dia. Essa produção era vendida no próprio engenho e para Campina Grande. Vale dizer ainda que esse engenho trabalhava costumeiramente por seis meses e os outros seis meses era de inverno, a cana de açúcar acabava e o bagaço não secava para cozinhar a rapadura. Esse era o período que os trabalhadores plantavam e adubavam a lavoura.

O comentário feito pelo senhor José a respeito do período de funcionamento do engenho tem uma relação direta com um pensamento de Almeida quando este declara que “em agosto era a botada dos engenhos, os bois ou bestas puxavam as almanjarras, fazendo rodar os cilindros das pequenas moendas de pau ou de ferro fundido, por onde se metia a cana. Do outro lado saía o bagaço esmagado em menos da metade”. (ALMEIDA, 1957, p.149)

Seguindo o pensamento de Almeida, podemos notar que o engenho parava num período que era chuvoso, não secando o bagaço para a continuidade da produção, o período era destinado ao plantio da cultura canavieira e somente por volta do mês de agosto é que o engenho voltava a sua atividade normal. Com esse retorno ao funcionamento, os cambiteiros se movimentavam, o bueiro

---

8 Entrevista realizada no dia 14/08/2007. Entrevistado: senhor José Gomes do Nascimento.

começava a jorrar fumaça, a sirene do engenho apitava avisando aos trabalhadores que já era hora do almoço, pegar ou largar do serviço – como diziam os piões.

Conforme declara o senhor José Gomes, nem sempre era só trabalho no engenho Capim Açú. Os moradores e trabalhadores que viviam na zona urbana tinham suas formas particulares de se divertirem. Eles viviam em harmonia, <sup>seve?</sup> alegres, mesmo na hora do trabalho, todos conversavam principalmente dentro do engenho. Ficava um grupinho de homens trabalhando e conversando e muitas vezes nem viam o tempo passar. E, na Semana Santa os moradores e os outros empregados ainda ganhavam certa quantidade de peixe – o que é uma tradição dos católicos neste período do ano. Vejamos o que declara o entrevistado:

~~Todos~~ os moradores do engenho Capim Açú conviviam harmonicamente com seus trabalhos e suas brincadeiras sadias. Uma brincadeira boa era nas festas de fim de ano, pois o patrão matava um boi e distribuía entre os moradores, era para fazer o pirão de Natal e Ano novo. Todo mundo achava bom. Na Semana Santa os trabalhadores também eram lembrados e recebiam peixes de presente.

Apesar da dura lida, percebemos que os trabalhadores se sentiam satisfeitos com a produção de suas mãos, alegres e retribuídos com o gesto do patrão nas duas datas consideradas importantes do ano.

Conversamos com a senhora Maria do Socorro<sup>9</sup> administradora do Engenho Vitória – e ele nos explica informa que o referido engenho também foi um grande produtor de cachaça e rapadura. Segundo ela, o Engenho Vitória era uma grande propriedade rural na qual existia uma capela denominada de Capela de Santa Vitória – ela recebeu esse nome por que a esposa do dono das terras era uma mulher devota da chamada Santa Vitória. Notamos então, que os patrões

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada no dia 28/08/2007. Entrevistada: Maria do Socorro Martins (administradora do Engenho Vitória, já falido).

desta propriedade demonstravam ser bastante religiosos, visto que apresentavam aos moradores da região símbolos da cultura religiosa advindas do Catolicismo.

Dona Socorro relata ainda que nesta capela se realizava algumas celebrações religiosas e logo após estas celebrações havia uma grande festa no engenho para os moradores e trabalhadores presentes: “A esposa do seu Aurélio era uma católica muito religiosa. A capela da propriedade era dedicada a Santa Vitória, lá rezavam novenas, celebravam casamentos, batizados. Tudo a par dos moradores/trabalhadores”. Sobre a questão religiosa e sobre a existência das capelas nos engenhos, Lody (2007, p.35) afirma que:

Os altares dos interiores das casas, das capelas, dos engenhos com imagens de santos de devoção portuguesa, como Santo Antônio, Santa Ana, São Francisco, Nossa Senhora do Carmo. Além do presépio, também arte sacra, no seu conjunto alegórica do nascimento do menino Deus, marcando o Natal. São dos mais significativos elementos da religiosidade nas terras do açúcar.

Para Lody, os altares das capelas dos engenhos, as imagens neles contidas quase sempre são de santos de devoção dos senhores de engenhos e os próprios moradores costumam construir o presépio no tempo do Natal. Todo esse ritual representa o nascimento do menino Deus. Esses são elementos representativos da religiosidade das pessoas que habitavam a “terra do açúcar, da cachaça e da rapadura”.

Acerca da educação das crianças no engenho a senhora Maria do Socorro afirma que “A escola para seu Aurélio e a esposa era coisa séria. Primeiro, a escola foi realizada na capela, mas logo depois foi construído um grupo e tinha cerca de 70 alunos, e no meio destes estavam os filhos dos patrões, eles estudavam todos juntos. Criança na propriedade não trabalhava, só estudava”. A partir dessa declaração, notamos que as crianças e os adultos habitantes dos arredores do engenho aprendiam a ler e a escrever. quem desejasse e pudesse

arcar com as despesas teria que se deslocar para outros lugares para dar continuidade aos estudos.

Com a finalidade de compreendermos os caminhos que possibilitaram a decadência dos engenhos em Alagoa Nova entrevistamos o senhor Severino Martins<sup>10</sup> funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova que afirmou:

Para mim essa decadência foi provocada principalmente a partir dos anos 80, quando os canavieiros paraibanos passaram a procurar seus direitos trabalhistas. Ou seja, buscaram a assinatura da carteira de trabalho, férias, salários família e seguro desemprego. Daí em diante começaram a reivindicar subsídios e depois disso foram feitas negociações entre patrões e empregados.

A justificativa apresentada pelo sindicalista esta relacionada as mudanças vivenciada no país nos últimos anos com o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais que passaram a reivindicar seus direitos. Sobre este fato histórico e marcante na vida profissional dos trabalhadores e que acarretou dificuldades para os senhores dos engenhos, Faustino considera que:

A dificuldade de adaptação dos senhores de engenhos às novas leis trabalhistas, seja pela perspectiva de diminuição da margem de lucros, ou seja, pelo poder patronal e pessoal adquirido ao longo da história colonial, o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, os conflitos constantes, a greves tornaram-se uma prática rotineira desses trabalhadores". (FAUSTINO, 2002, p.15),

De acordo com Faustino, os senhores de engenho tiveram muitas dificuldades em aceitar as novas leis agora reivindicadas em forma de direitos pelos até então trabalhadores leigos, no que se referia as suas funções e direitos. Sobre esta situação até então nova para todos – patrões e empregados – o senhor José Gomes declara em seu depoimento que ainda lembra dos tempos em que antes os trabalhadores viviam alegres e satisfeitos como com a situação a qual se encontravam – trabalham e recebem aquela quantidade de dinheiro

---

10 Entrevista realizada no dia 25/08/2007. Entrevistado: Sr. Severino Martins de Morais (funcionário estatal e privado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova - PB).

“ Então depois que surgiram as leis trabalhistas impostas pelo Sindicato Rural dos Trabalhadores foi então que começaram os conflitos e os trabalhadores começaram a cobrar seus direitos a qualquer custo”.

Com este relato do senhor José, notamos que desde então tanto empregadores como empregados “perderam a paz”, visto que os primeiros eram constantemente procurados e cobrados pelos direitos trabalhistas dos segundos. Que por sua vez estavam ingressando numa condição nova em suas vidas. Dava-se início as disputas trabalhistas entre patrões e empregados.

Conforme Severino Martins, logo após a intervenção do sindicato, os canavieiros paraibanos começaram a exigir seus direitos e com essa situação cada vez mais precária os senhores dos engenhos não tinham mais condições de cuidar da lavoura da cana-de-açúcar, que a cada dia mais se preocupava. Como podemos observar nas palavras do senhor Severino. Os proprietários dos engenhos começaram a pagar os direitos dos trabalhadores. O senhor Severino Martins continua seu relato dizendo que:

Os senhores de engenho já vinham passando por outras crises. Como foi o caso do cancelamento da liberação de empréstimos para os empresários, fato este ocorrido durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo, o qual acabava com qualquer possibilidade dos senhores de engenhos em obter empréstimos para tentar cuidar e manter a produção canavieira com os produtos necessários, como o adubo e principalmente a mão-de-obra, que desde então se faziam mais ausentes.

Desta maneira notamos que a situação enfrentada pelos senhores de engenho não era das mais agradáveis, visto que até mesmo a procura pela ajuda do Governo Federal através de empréstimos não foi possível. Esse recurso era visto como uma forma de se manter os funcionários, a produção e o seu próprio lucro dentro do contexto dos engenhos. Em outro momento o senhor Severino confirma a existência dessas dificuldades enfrentadas pelos donos de engenho e menciona que:

É verdade, os senhores de engenhos vinham atravessando crises visíveis e com o plano Collor, que prendia o dinheiro dos empresários. Então qualquer possibilidade de empréstimos fora descartada. Além disso, no final da década de 80 até o final dos anos 90, veio o período de estiagem, que assolou Alagoa Nova assim como todo o Nordeste, prejudicando assim os canaviais e contribuindo para a baixa produtividade.

Neste caso, até mesmo o funcionário do Sindicato Rural dos Trabalhadores – o senhor Severino Martins – reconhece as dificuldades pelas quais os donos de engenhos vinham passando. Além dos empecilhos governamentais frente aos produtores e empresários, esses homens ainda tinham que enfrentar as intempéries naturais, como por exemplo, a escassez de chuvas em alguns períodos do ano.

Perpassando por todo esse processo histórico e tendo exposto as declarações tanto das pessoas que habitavam os engenhos e seus arredores, de um representante do Sindicato Rural dos Trabalhadores como as proposições de alguns teóricos, notamos claramente que o final desse processo tenderia a culminar com a decadência quase que total dos engenhos da região que compõe o município de Alagoa Nova.



### **Considerações finais**

Este estudo foi elaborado com a finalidade de compreender as causas da decadência dos engenhos produtores de cachaça e rapadura no município de Alagoa Nova. Este trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas com pessoas que eram trabalhadoras dos engenhos enquanto estes ainda funcionavam. Pessoas estas como gerentes, cortadores, plantadores, cambiteiros de cana-de-açúcar, e outros.

Ao realizar a pesquisa lembramos alguns momentos vividos nos engenhos da região quando ainda funcionavam e com sua produção alegrava muitas pessoas do município. Notamos através de histórias narradas pelos entrevistados, a vivência dos habitantes dessa região que tiveram durante um longo período a cana-de-açúcar como parte histórica de suas vidas. Observado um pouco das condições de vida tanto dos donos de engenhos como dos trabalhadores braçais, comprovamos que esses dois extremos hoje se misturam. As ruínas dos engenhos, da casa grande vieram também acompanhadas da ruína humana de seus donos, como é o caso dos seus poderes político e econômico. Atualmente os trabalhadores vivem perdidos em outro mundo, num mundo diferente do seu, vivem em busca de respostas para perguntas tal como: O que causou o fim dos engenhos?

Com esta pesquisa tentamos despertar o interesse dos leitores e autoridades para os problemas enfrentados pelas famílias que habitavam as terras dos engenhos do município de Alagoa Nova. Esta pesquisa fica ainda aberta a crítica e a sugestões de todos aqueles que se interessarem pelo assunto. Esperamos que parte da nossa juventude que não viveu nesse período e não conhece essa realidade encontre nesse trabalho uma fonte de informações para seus estudos ou apenas para saciar alguma curiosidade.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa. Editora Universitária – UFPB, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. João Pessoa. Editora Universitária, 1957.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMARO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro – FGV, 1996.

LUZ, Leônio Faustino da. **Falência dos Engenhos** – Análise Ambiental no Ensino de Geografia, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas** (organizadora), 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2006.

QUINTANS, Fátima. (org) **A Civilização do Açúcar**. Sebrae, Fundação Gilberto Freire, Recife, 2007.

SALES, José Borges de. **Alagoa Nova Notícias para sua História**. Fortaleza Gráfica editora, 1990.

**ANEXOS**

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Centro de Humanidades.

Unidade Acadêmica de História e Geografia.

Aluna: Paula Francinete Brito da Costa.

### Entrevista

1. Senhor Inácio<sup>11</sup>, fale a respeito de sua vivência no Engenho Olho D'água.

Nasci e passei minha infância no Engenho Olho D'água, hoje tô com 48 anos e trabalho a 25 anos no mesmo engenho. Trabalhei em várias funções, do plantio da cana de açúcar a colheita. Hoje em dia sou o gerente.

2. Podemos dizer que o Engenho Olho D'água como outro qualquer teve sua época de ouro. Nesse caso, fale-nos com referência a produção das décadas de 70 e 80.

Nesse tempo na época da moagem, o engenho chegava a produzir 20 cargas (20 embalagens) de rapaduras por dia e cada carga tinha cem unidades. As cargas eram vendidas no próprio engenho e outra parte era transportada para Campina Grande. Eu mesmo levava e vendia para seu Marcelino e Joel. O lugar das vendas era na feira da rapadura, próximo ao canarinho, parecia uma festa de encontro com os amigos, era muito bom.

3. Percebi nessa sua última fala um ar de saudosismo, o que me reporta aos trabalhadores do Engenho Olho D'água, de onde eles eram? Ou de onde vinham?

---

<sup>11</sup>Entrevista realizada no dia 13/08/2007. Entrevistado: Inácio Serafim da Costa (Nino) – administrador do Engenho Olho D'água.

Bom, alguns vinham da rua mesmo para trabalhar no engenho. Mais todas eram de Alagoa Nova mesmo. Outros moravam nas terras do engenho. Deixa eu ver... eram 52 casas (residências nas terras do engenho) de moradores e hoje em dia só tem 04 famílias de moradores no engenho mesmo, acredite, só tem 06 trabalhadores e não é para cuidar da lavoura da cana-de-açúcar, mas sim do gado.

4. Senhor Inácio, com essa quantidade de moradores, no caso de 52 famílias, o que podia provavelmente podia somar 200 ou mais pessoas, entre essas muitas crianças, como se dava a educação escolar, ou melhor, havia uma escola no referido engenho?

Sim, havia. Era uma escola para os filhos dos moradores, a professora vinha da rua para lecionar. A escola era instalada numa casa velha que ficava perto do engenho e chamava o chalé. Na hora do recreio as crianças bebiam garapa, mel e comiam rapaduras e puxa e a brincadeira preferida era esconde-esconde. Era uma correria geral dentro do canavial.

5. Dessa forma acredito que nem tudo era só trabalho, fale das festas que existiam no Engenho Olho D'água.

Ah, no referido engenho nunca houve festa, a não ser um churrasco que se fazia todo ano no pagamento do décimo terceiro salário, onde a gente tomava uma caninha da boa feita no próprio. Bom, para completar, não tinha nem festa religiosa. Os moradores mais devotos e principalmente as mulheres iam durante todo o mês de maio (mês dedicado à Virgem Maria) rezar na igreja matriz de Santana, que ficava (e ainda fica) a quinhentos metros de distância do engenho, bem no meio da cidade.

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Centro de Humanidades.

Unidade Acadêmica de História e Geografia.

Aluna: Paula Francinete Brito da Costa.

### Entrevista

1. Senhor Cícero<sup>12</sup> fale da sua atividade no engenho olho d'água.

Ora, eu trabalhei no Engenho Olho D'água desde 1971. Eu era fomalheiro, colocava fogo na fomalha para cozer a rapadura, mas as vezes fazia outras atividades, por exemplo: cortava a cana-de-açúcar, moía, espalhava o bagaço pra secar e assim por diante.

2. Como se dava o processo de fabrico da rapadura?

Em primeiro lugar eu gostava muito de fazer rapadura, e era o seguinte: Agente cortava a cana-de-açúcar e deitava-a no eito (na mesma direção ou linha), depois levava a cana no lombo dos burros para o engenho. Lá, limpava, depois moía e colocava o caldo para cozinhar dentro dos tachos de ferro bem grande, daí a medida que o caldo fervia, subia uma borra e ficava por cima e com uma concha tirávamos essa borra. No caldo que ficava agente colocava um pouco de cal ou um pouco de leite de carrapateira, isso tanto clareava como conservava o caldo. Daí o fogo era diminuído e a gente ia mexendo até dá o ponto de calda grossa, esse produto era colocado no tendal, que era o lugar onde se colocava as formas

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada no dia 14/07/2007. Entrevistado: senhor Cícero Luiz da Conceição.

de madeiras depois de frias eram desenformadas e pilhadas em parcelhas no garajal (embalagem feita de palha seca de cana para a venda de rapadura), em cada garajal tinha 50 parcelhas (pares), e agora já estava pronta para o transporte e venda.

3. Uma coisa é sentir prazer pelo trabalho, e o que se percebe na sua fala, porem outra coisa é o valor pago pelo trabalho desempenhado, nesse caso, fale do seu salário.

Pois é, eu trabalhava o dia inteiro sem parar junto com a minha turma e a noite era outra turma. Só que o salário era muito pouco, mal dava para sustentar a família. Mas quando ia pedir um aumentozinho, o administrador da época só faltava me engolir, dizendo que a venda dos produtos não estava dando nem para preencher a folha de pagamento e que o patrão tirava do trabalho dele no Recife para completar e poder pagar os salários dos trabalhadores. Ele, o patrão era professor de agronomia La nas faculdades de Recife.

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Centro de Humanidades.

Unidade Acadêmica de História e Geografia.

Aluna: Paula Francinete Brito da Costa.

### Entrevista

1. Senhor Antônio Alves<sup>13</sup>, fale sobre sua vivencia na zona rural de Alagoa Nova.

Eu nasci no engenho Engenho Olho D'água e passei minha infância num sitio chamado Capim de Planta, logo depois fui morar no sitio. Assim, precisamente no engenho Santa Rita no qual trabalho há 25 anos, esse engenho pertence ao Sr. Cláudio Borba. Hoje eu sou administrador do referido engenho.

2. Como o senhor caracterizaria o ontem e o hoje da propriedade em questão?

Há muito tempo atrás essa propriedade contava com 26 casas de moradores. O engenho na época da moagem produzia uns 60 litros de aguardente e 20 cargas de rapaduras por dia. Hoje, existem apenas 02 casas de moradores, as outras já foram derrubadas. A aguardente que se produz ainda é muito pouca não dá lucro algum e fica produzindo só para não fechar de vez. Falando-se em trabalhadores só existem (03) em todo o engenho.

---

13 Entrevista realizada no dia 17/08/2007. Entrevistado: senhor Antônio Alves dos Santos.



3. Até que ponto o dono da propriedade – o senhor Cláudio Borba interferia com relação a religiosidade educação e política e as festas de seus moradores/trabalhadores?

Até que ponto? no meu entender ele não interferia nunca. Os mais católicos iam para a Igreja Matriz de Santa Ana rezar nas missas ou nas novenas, pois a igreja ficava a 1000m de distancia do engenho.

Falando de educação o que os pais dissessem para os filhos, estava bem dito e se for sobre escola não tinha nenhuma na Propriedade, as crianças iam estudar nas escolas da rua, já que era perto. Na política, o patrão não era muito chegado e nós trabalhadores escolhia para votar em quem quisesse e sobre festa não tinha nunca, nenhuma.

4. Para o senhor, que fatores causaram a falência dos engenhos?

Pra mim foram vários fatores que fizeram isso acontecer. Veja bem antigamente com a venda de cinco litros de aguardente se pagava um trabalhador. Hoje a mão-de-obra sumiu. As máquinas melhoraram e não tendo a quem vender o produto, a coisa ficou feia, por isso é que esse engenho vem caminhando lento e outros vários fecharam as portas e outros apagaram o fogo.

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Centro de Humanidades.

Unidade Acadêmica de História e Geografia.

Aluna: Paula Francinete Brito da Costa.

### Entrevista

1. É bem sabido que desde cedo as crianças da zona rural começam a trabalhar, especialmente quando se trata da agricultura da cana-de-açúcar. Fale-me um pouco do senhor<sup>14</sup> a respeito disso.

Eu me tornei trabalhador realmente desde cedo, como qualquer criança da época. Comecei aos 14 anos e fazia de tudo um pouco no Engenho Capim Açú. Decorrido um tempo considerável me tornei administrador e exerci a tal função por 09 anos, somando meu tempo de trabalho foram 29 anos de casa.

2. Sr. José, como se pode caracterizar a produção e o escoamento da mesma na época da colheita?

O Engenho Capim Açú produzia de 15 a 20 cargas de rapaduras e uns 60 litros de aguardente por dia. Essa produção era vendida para a cidade mesmo e para campina Grande. Vale dizer ainda que o engenho com vistas a produção trabalhava costumeiramente por 06 meses e os outros meses que eram tempo de inverno, a cana-de-açúcar acabava e o bagaço não secava para cozinhar a rapadura. Esse era o período que os trabalhadores plantavam e adubavam a lavoura.

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada no dia 14/08/2007. Entrevistado: senhor José Gomes do Nascimento.

3. Em relação à extensão de terras e o convívio social dos moradores?

Bom as terras do engenho Capim Açú tinha 120 hectares de terras e existiam 30 casas de moradores. Todos os moradores conviviam harmonicamente, com seus trabalhos e suas brincadeiras sadias. Uma brincadeira boa era nas festas de fim de ano, pois o patrão matava um boi e distribuía entre os moradores, era para fazer o pirão de Natal e Ano Novo. Todo mundo achava bom. Na Semana Santa os trabalhadores também eram lembrados e recebiam peixes de presente.

leitos no  
Capim  
Açú

4. Em se tratando da decadência dos engenhos, o Engenho Capim Açú também decaiu, a que o senhor atribui tal fato?

A quem diga que foram os baixos salários, mas eu não acho, a turma que trabalhava lá parecia satisfeita. Por outro lado, depois que o sindicato dos trabalhadores e seus sócios começaram a lutar pelos direitos dos moradores, iniciou-se os conflitos. Os moradores eram incentivados pelo sindicato e logo queriam ser donos das terras. Por isso os senhores faziam de tudo para tirá-los de suas terras e foi o que aconteceu aos pouquinhos e as periferias da rua foram crescendo e se enchendo de desempregados. Na minha opinião esse foi o motivo para a decadência do Engenho Capim Açú.

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Centro de Humanidades.

Unidade Acadêmica de História e Geografia.

Aluna: Paula Francinete Brito da Costa.

### Entrevista

1. Dona Socorro<sup>15</sup> faça um breve relato sobre as questões ligadas ao Engenho Vitória, tais como produção e trabalhadores.

Bom, eu trabalho no Engenho Vitória desde 1970, essa propriedade é do senhor Aurélio, mas atualmente quem comanda é seu filho Aurílio. Antigamente, o Engenho Vitória chegava a produzir cerca de 60 cargas de rapaduras e uns 100 litros de aguardente diariamente. No engenho tinha uma faixa de cem trabalhadores, instalados, na propriedade tinha 20 casas de família.

2. Como se davam as relações religiosas e educacionais?

A esposa do Sr. Aurélio era muito religiosa e era católica a capela da propriedade era dedicada a Santa Vitória, lá rezavam novenas, celebravam casamentos, batizados etc. tudo a par dos moradores, trabalhadores. A escola para seu Aurélio e a esposa dele era coisa séria. Primeiro as aulas foram realizadas na capela mas, depois foi construído um grupo e tinha cerca de 70 alunos, no meio desses estavam os filhos dos patrões, eles estudavam tudo junto. Criança na propriedade não trabalhava só estudava.

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada no dia 28/08/2007. Entrevistada: Maria do Socorro Martins (administradora do Engenho Vitória, já falido).

3. Mas dona Socorro, a que a senhora atribui a falência dos engenhos, em especial do Engenho Vitória?

Não resta dúvida que os patrões eram muito bons, só que não pagavam bem, apesar disso o décimo terceiro salário era sempre em dia. Eu acho que o engenho faliu mais rápido por causa das leis trabalhistas. O morador ia procurar seus direitos e o sindicato dos trabalhadores aconselhava os trabalhadores a botar o patrão na junta, dizendo que eles receberiam um bom dinheiro, foi então que muitos saíam sem direitos algum e iam morar nas pontas de rua e assim surgiam alguns bairros pobres como o de Nossa Senhora Aparecida, e o Mutirão (Ulisses Guimarães como dizem), bairros que cresciam preenchidos com trabalhadores e peões expulsos dos engenhos.

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Centro de Humanidades.

Unidade Acadêmica de História e Geografia.

Aluna: Paula Francinete Brito da Costa.

### Entrevista

1. Professor Severino<sup>16</sup>, para o senhor quais fatores podem ter contribuído para a decadência dos engenhos?

Para mim essa decadência foi provocada principalmente a partir dos anos 80, quando os canaveiros paraibanos, passaram a procurar seus direitos trabalhistas, ou seja, buscaram a assinatura da carteira, férias, salários família e seguro desemprego. Daí em diante a reivindicar subsídios e depois disso foram feitas negociações entre patrões e empregados. Os patrões, donos dos engenhos começaram a pagar os direitos dos trabalhadores. Foi assim que começou o aperto em seus bolsos, pois o dinheiro gasto agora com o trabalhador, era o mesmo que eles investiam nos canaviais, na compra de adubos, máquinas e mão-de-obra.

2. Salvo engano, as questões políticas do Brasil, também contribuíram para a decadência a qual nos reportamos?

É verdade os senhores de engenhos já vinham atravessando crises visíveis e com o plano Collor, que prendia o dinheiro dos proprietários e confiscou o dinheiro

---

<sup>16</sup> Entrevista realizada no dia 25/08/2007. Entrevistado: Sr. Severino Martins de Moraes (funcionário estatal e privado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova - PB).

dos empresários a possibilidade de empréstimos fôra sucumbida. Alem disso no final da década de 80 até o final dos anos 90, veio o período de estiagem que assolou Alaga Nova e o Nordeste inteiro, prejudicando assim os canaviais e contribuindo para a baixa produtividade. Porem surgiu o PROCANOR (Programa de Apoio a População Pobre Canavieira) que tirou os trabalhadores dos engenhos e trouxe para as periferias.

---



Foto 6. (Engenho Nova Horta). Fonte: Railson Serafim.





**Engenho Urucu**  
**Proprietário: Severino Pereira da Cunha**  
**Município de Alagoa Nova-PB**

Foto 7. (Engenho Urucu). Fonte: Railson Serafim.

**Eng. Beatriz**  
**Proprietário: Antério José Torre**  
**Proprietário Atual: João Lira**  
**Município de Alagoa Nova-PB**



Foto 8. (Engenho Beatriz). Fonte: Railson Serafim.

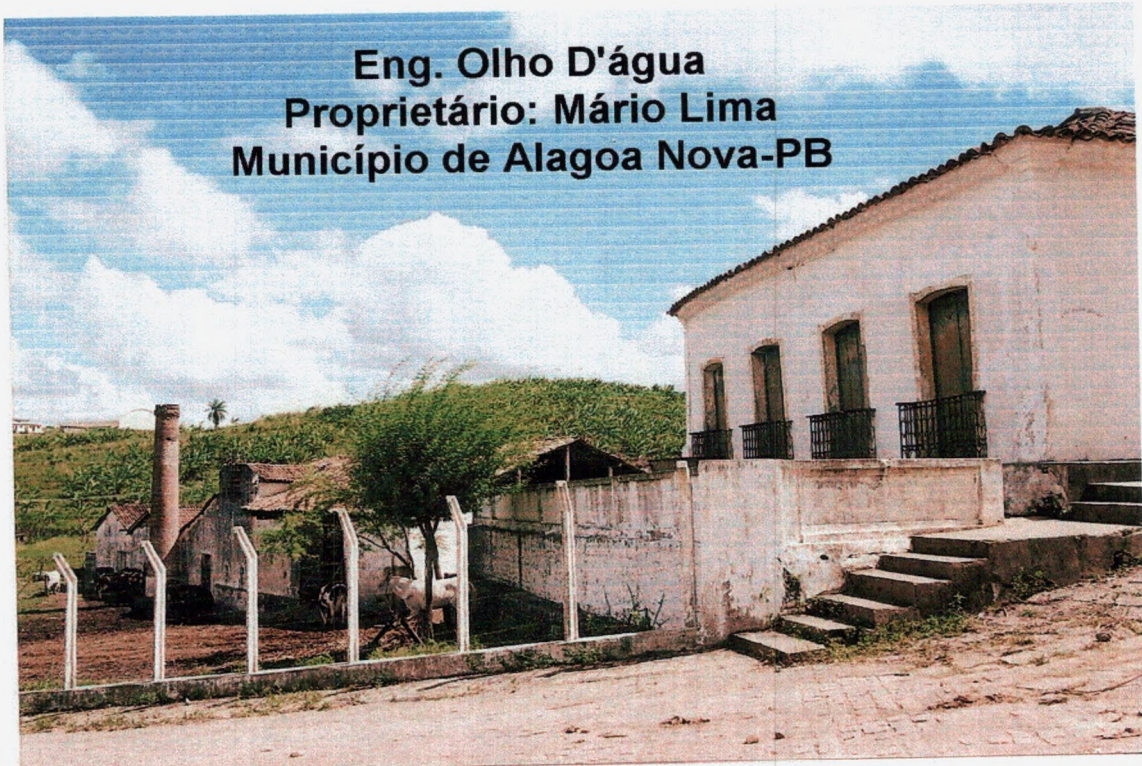


Foto 9. (Engenho Olho D'água). Fonte: Railson Serafim.



Foto 10. (Engenho Macaíba). Fonte: Railson Serafim.

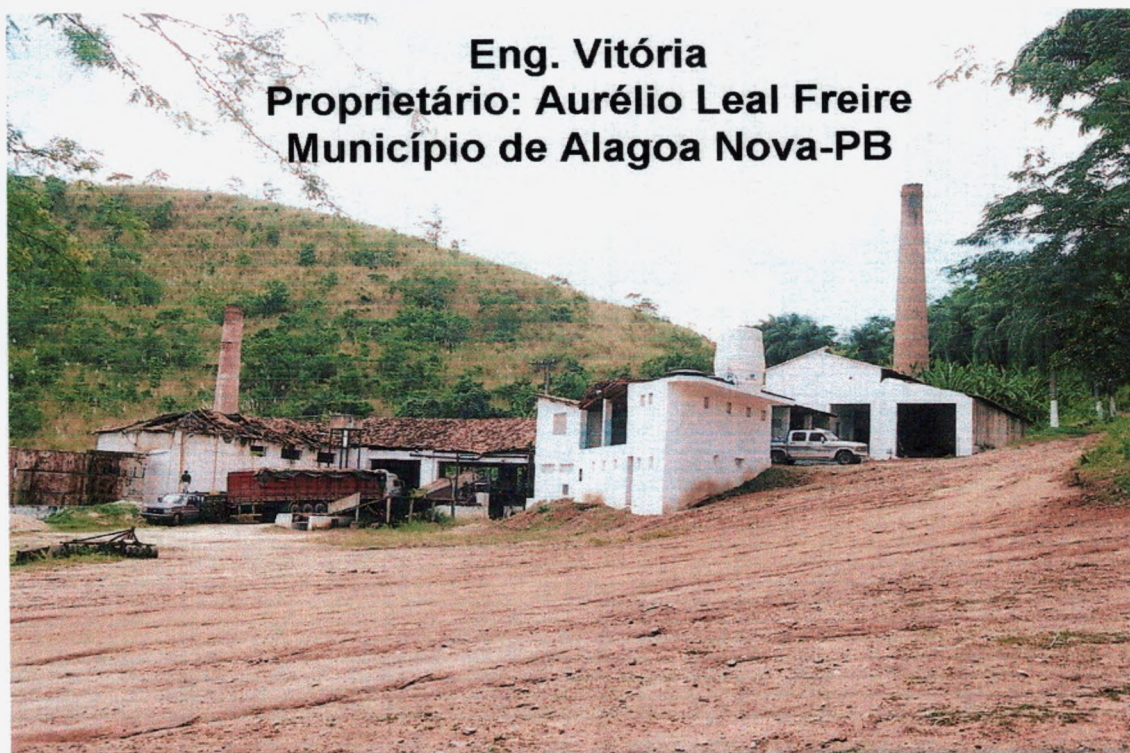


Foto 11. (Engenho Vitória). Fonte: Railson Serafim.

**Eng. Capim Assum**  
**Proprietário Anterior: Roosewel (Rusinho)**  
**Proprietário Atual: Luiz Magno**  
**Município de Alagoa Nova-PB**



Foto 12. (Engenho Capim Açu). Fonte: Railson Serafim.

**Engenho Nino Torres  
Município de Alagoa Nova-PB**



Foto 13. (Engenho Nino Torres). Fonte: Railson Serafim.

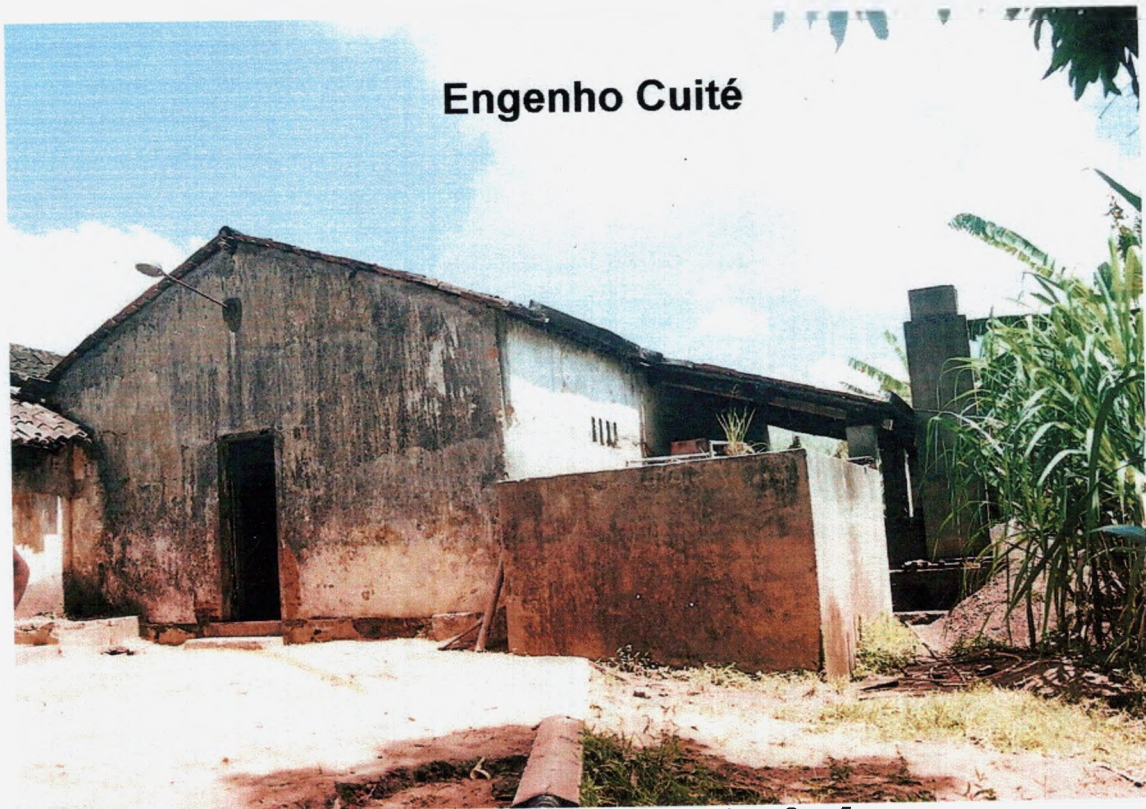


Foto 14. (Engenho Cuité). Fonte: Railson Serafim.



**Engenho Santo Antonio**  
**Proprietário: Otávio Leite Sobrinho**  
**Município de Alagoa Nova-PB**



Foto 15. (Engenho Santo Antonio). Fonte: Railson Serafim.

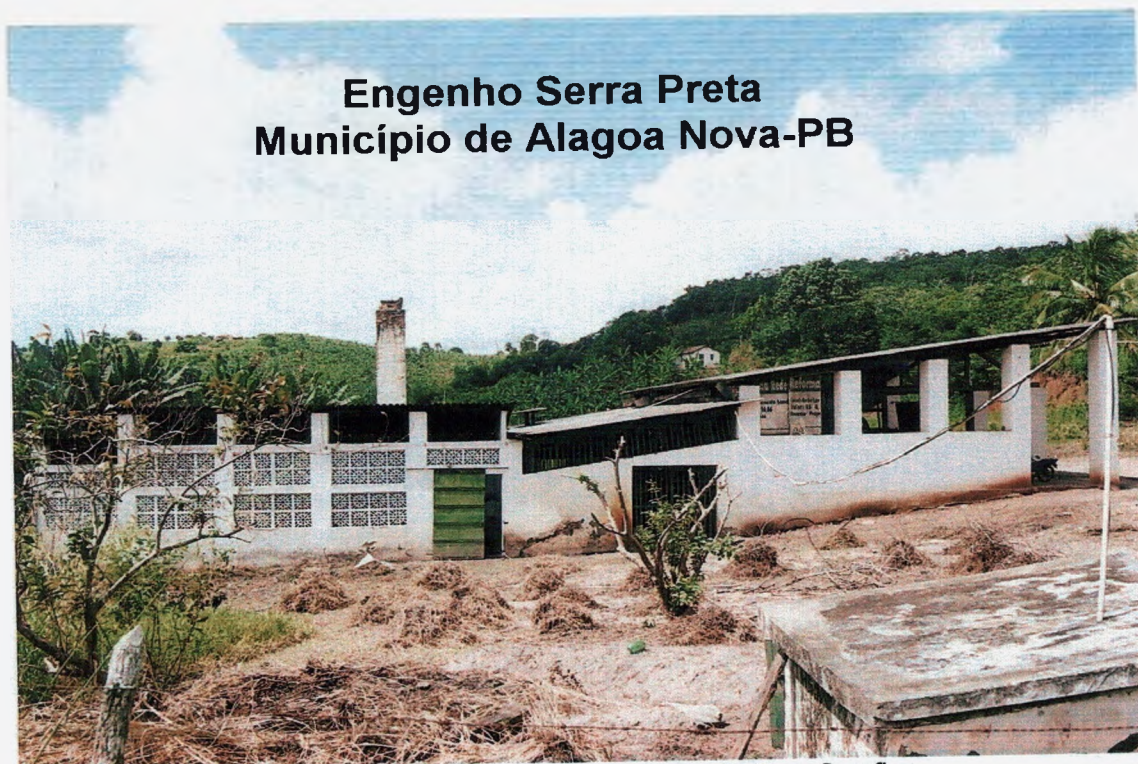


Foto 16. (Engenho Serra Preta). Fonte: Railson Serafim.



**Engenho São Vicente**  
**Proprietário Anterior: Luiz Teixeira**  
**Proprietário Atual: Vital Borba**  
**Município de Alagoa Nova-PB**

Foto 17. (Engenho São Vicente). Fonte: Railson Serafim.

**Engenho Macaíba**  
**Proprietário Anterior: Lourival Silvano**  
**Proprietário Atual: Francisco de Assis Lacerda**



Foto 18. (Engenho Macaíba). Fonte: Railson Serafim.